



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Senhor Doutor Guilherme Silva

Senhor Professor Jorge Bacelar Gouveia

Senhor Professor Alberto Vieira

Senhoras Vice-Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Senhor vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, em representação do
Senhor Presidente do Governo Regional

Senhora Secretária Regional do Turismo e Cultura

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Comandante da Zona Militar da Madeira

Excelência Reverendíssima o Bispo do Funchal,

Magnífico Reitor da Universidade da Madeira

Senhores Presidentes de Câmara

Senhoras e senhores antigos Deputados à Assembleia da República, à
Assembleia Legislativa da Madeira e à Assembleia Constituinte,

Senhores Membros da Comissão de Honra, da Comissão Executiva e do
Conselho Consultivo para as celebrações da descoberta da Madeira e do Porto
Santo

Demais autoridades civis e militares presentes

Minhas Senhoras e meus Senhores



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

É com muito prazer que dou as boas vindas a todos.

Começo por saudar, em especial, o professor Jorge Bacelar Gouveia e o doutor Alberto Vieira que serão os nossos oradores.

Um cumprimento igualmente especial ao Dr. Guilherme Silva presidente da Comissão Executiva das comemorações dos 600 anos da descoberta da Madeira e do Porto Santo que, enquanto deputado á Assembleia da República eleito pelo círculo eleitoral da Madeira, teve um relevante papel na evolução e afirmação da autonomia regional.

Os nossos convidados dispensam apresentações tal o reconhecido envolvimento que têm tido com as questões regionais em cada uma das áreas em que se especializaram: o direito e a história.

O Professor Jorge Bacelar de Gouveia, mestre e doutor em Direito, é professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa e foi deputado á Assembleia da República.

É advogado e integra órgãos sociais em instituições de relevo.

Tem obra publicada em várias áreas do Direito Constitucional, nomeadamente naquelas que dizem respeito ás autonomias regionais, sendo uma das vozes mais ouvidas neste domínio.

O Professor Alberto Vieira é um estudioso e um conhecedor profundo da história da Madeira, licenciado em história pela Universidade de Lisboa e doutorado em história (área da história dos Descobrimentos e expansão portuguesa) pela Universidade dos Açores. Pertence a várias academias da especialidade e



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

intervém como consultor científico em várias publicações periódicas especializadas.

É investigador convidado do centro de literatura e cultura lusófonas e europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Agradeço a pronta disponibilidade de ambos em partilhar connosco reflexões sobre autonomia e evolução estatutária, tema deste evento, em que esta Assembleia se associa á Comissão Executiva das Comemorações dos 600 anos da descoberta da Madeira e do Porto Santo.

A importância do tema e a qualidade dos oradores garante, á partida, uma abordagem de inegável interesse público e político.

Este colóquio apenas pretende, não mais do que isso, ajudar a refletir, sobre a nossa autonomia, onde nos encontramos e para onde e como podemos avançar.

Permitam-me dois ou três muito breves apontamentos.

A Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político desta Assembleia, da qual fazem parte todos os partidos com assento parlamentar, no âmbito dos trabalhos de elaboração de uma proposta de revisão do Estatuto, acordou um conjunto de normas sobre as quais existe total consenso, prosseguindo os trabalhos para as restantes em que não foi possível alcançar, até ao momento, um entendimento.

A revisão do nosso Estatuto é um propósito assumido para esta legislatura; não é um meio ou forma de manter com o poder central um contencioso artificial ao sabor das conjunturas político-partidárias.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

A Comissão, de acordo com as sugestões de todos os partidos, ouviu personalidades de todos os quadrantes políticos e alguns dos mais reputados constitucionalistas do nosso País.

E foram muitas as que deram o seu contributo para a alargada discussão deste assunto que certamente será tido em conta pela Comissão.

Não é possível ainda antecipar o texto final da proposta nem o timing da apresentação ou a estratégia que será adotada, nomeadamente se será ou não acompanhada de uma proposta de revisão constitucional.

O que podemos adiantar, com segurança, é que será ambiciosa e procurará responder aos grandes constrangimentos que ameaçam a nossa autonomia, procurando soluções estáveis e seguras para os problemas que decorrem da nossa condição insular e periférica.

Sabemos que este processo não é isento de riscos. Temos exemplos do passado em que outra solução não tivemos do que a de retirar a nossa proposta face à manifestada intenção de alguns partidos introduzirem alterações que a desvirtuavam.

Rever o Estatuto é uma necessidade que se impõe em função da evolução política do nosso processo autonómico, das alterações constitucionais, das decisões do Tribunal Constitucional e até de legislação ordinária subsequente.

Todos temos consciência que em função disso, parte substancial do texto está desatualizado e ultrapassado, o que pode contribuir para uma certa descredibilização do Estatuto que, convém ter presente, é reconhecido pela própria Constituição como a primeira das leis infraconstitucionais, dimensão simbólica e política que não podemos deixar de ter em consideração.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Mas uma revisão que se limite apenas adaptar o Estatuto á revisão constitucional de 2004 sempre saberia a pouco.

O Tribunal Constitucional tem tido uma desconfiança consolidada quanto ao pulsar das autonomias, frustrando grande parte das nossas expectativas de 2004.

A revisão do Estatuto para valer a pena tem de ir mais longe e sobretudo ser eficaz.

Tem de clarificar a autonomia no sentido de a dotar das ferramentas necessárias e adequadas para assegurar o desenvolvimento e progresso das suas gentes.

A solução constitucional de 2004 não impediu o Tribunal Constitucional de fazer regredir o âmbito da competência dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas aos conturbados tempos das leis gerais da República e do dever de respeito pelos seus princípios, ao impor o conceito de “reserva de lei estadual” segundo o qual as matérias subtraídas ao poder legislativo regional não são apenas as reservadas á competência própria dos órgãos de soberania mas abrangem ainda todas as matérias que reclamem a intervenção do legislador nacional.

As interpretações minimalistas da autonomia regional por parte do Tribunal Constitucional em benefício de uma leitura maximalista dos poderes dos órgãos soberania têm de ser ultrapassadas e, se não for suficiente a revisão do Estatuto, ter-se-á de ponderar a apresentação de uma proposta de revisão da Constituição.

Na prática e apesar da aparente bondade do texto constitucional, continua a existir e a impor-se um entendimento demasiado restritivo do conceito de âmbito regional e demasiado largo das competências dos órgãos de soberania, uma Lei das



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Finanças Regionais que não permite mais do que meras adaptações de leis que são da exclusiva competência dos órgãos de soberania, demasiada neblina que continua a alimentar desentendimentos entre políticos do lado de cá e de lá.

Minhas senhoras e meus senhores

Deixei aqui duas ou três das muitas inquietações que tenho sobre um tema complexo mas de grande relevância para a nossa Região e para as nossas populações.

Estou certo que o tempo, apesar das naturais resistências do poder central, será favorável no sentido da evolução da nossa autonomia.

Fazer um Estatuto mais evoluído, com melhor clarificação das matérias, melhor sistematização, mais ambicioso, não só está ao nosso alcance como constitui um imperativo político a concretizar.

Mas não a qualquer preço.

Agradeço a vossa atenção.

Funchal, 28 de maio de 2018

O Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira
José Lino Tranquada Gomes